

PAUTA DE ATIVIDADES

1 Reeleição: relatório sai amanhã

Comissão de Justiça recebe amanhã parecer de Francelino sobre as emendas apresentadas em plenário à proposta que permite reeleição. Página 3

2 CPI do Trabalho Infantil toma depoimentos

Serão ouvidos diretor de empresa e presidente de cooperativa de garimpeiros de Ariquemes (RO). Página 2

3 Regras das MPs serão votadas na quarta-feira

Plenário do Senado deverá votar, em segundo turno, o substitutivo de José Fogaça a proposta de emenda constitucional. Página 2

Indefinição sobre fundos regionais preocupa senadores

Tebet pede fixação de regras para gestão de recursos, Alves critica encargos elevados e Lúdio lamenta a falta de respostas do governo

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) advertiu sexta-feira que, passados nove anos da criação dos mecanismos constitucionais destinados à superação dos desequilíbrios regionais no país, o Fundo do Centro-Oeste (FCO) ainda não teve instalado o seu conselho deliberativo e carece de uma política de aplicação dos recursos compatível com a capacidade de pagamento do setor produtivo.

Ele relatou que, no dia 8, senadores e deputados da bancada da região estiveram com o secretário de Política Regional, Fernando Catão, para discutir o destino do FCO e garantir a aplicação de cerca de R\$ 320 milhões, imobilizados no Banco do Brasil por falta de interesse dos possíveis investidores.

Os encargos cobrados para o financiamento de projetos



Ramez Tebet

agrícolas e industriais, segundo o senador, são significativamente mais elevados que os cobrados por outras instituições de fomento.

Na opinião de Ramez Tebet, a medida mais urgente é a instalação do conselho deliberativo do FCO, para que se definam as regras de gestão dos recursos arrecadados. Com esse objetivo, os

parlamentares do Centro-Oeste pretendem manter-se "em reunião permanente" até que esse fundo regional seja viabilizado como fonte de financiamento do desenvolvimento regional, anunciou.

O senador José Alves (PFL-SE), em aparte, destacou que a cobrança de encargos irreais, geradores de inadimplência generalizada, é um problema verificado também no Fundo Constitucional do Nordeste (FNE).

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), também apartando, disse que a pauta da audiência com Fernando Catão, dia 8, foi a mesma de reunião realizada em novembro do ano passado com o ministro do Planejamento, Antônio Kandir. "Não tivemos nenhuma resposta até hoje", registrou.

Bernardo Cabral apóia convocação de diretor do BC

O presidente da CPI dos Precatórios, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), informou que apoiará o requerimento que o relator Roberto Requião (PMDB-PR) apresentará quarta-feira para convocação do diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Gustavo Franco.

Cabral entende que toda a CPI concordará com o requerimento, "até porque é bem-vinda qualquer colaboração para elucidar o destino do dinheiro desviado nessas irregularidades com precatórios". Simultaneamente às



Bernardo Cabral

investigações da CPI, o Banco Central também investigava a "lavagem" de dinheiro dos precatórios em Foz do Iguaçu, o que o relator da CPI só ficou

sabendo pela imprensa.

Essa é uma das razões pelas quais Requião deseja que Gustavo Franco preste esclarecimentos à CPI. Em entrevista, esse diretor disse que a máfia dos precatórios é responsável pela maior parcela dos elevados depósitos feitos nas contas usadas para "lavar" dinheiro em Foz do Iguaçu, do que resultou R\$ 1,4 bilhão em evasão de divisas.

Requião pretende saber por que uma cópia dessa denúncia não foi entregue à CPI dos Precatórios e por que os números do BC não coincidem com os

apurados pela comissão.

Conforme o relator, as autorizações para emissão de títulos somam uma cifra de R\$ 3,2 bilhões entre 1995 e 1996. Desse total, é preciso descontar R\$ 608 milhões que, apesar de autorizados, não foram emitidos pelo estado de São Paulo. A seu ver, se a evasão de divisas mencionada por Gustavo Franco foi de R\$ 1,4 bilhão, então houve uma fraude de mais de 60% do valor das emissões. Até agora, a CPI trabalhou com a estimativa de um prejuízo total de cerca de R\$ 250 milhões.

CPI do Trabalho Infantil ouve amanhã novos depoimentos

A CPI do Trabalho Infantil, que apura denúncias sobre a exploração de crianças e adolescentes na cidade e no meio rural, reúne-se a partir das 10h de amanhã para colher os depoimentos do presidente da Cooperativa dos Produtores e Garimpeiros de Ariquemes

(RO), Oscarino Lopes Filho, e do diretor-superintendente da Ebesa (Empresa Brasileira de Estanho S/A), Jairo Reis.

Presidida pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), a comissão deverá promover na sexta-feira (dia 16), em Porto Alegre, a primeira de uma sé-

rie de audiências públicas a serem realizadas em diversas capitais do país. Nessa reunião, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a CPI ouvirá dirigentes de órgãos públicos e representantes de entidades não-governamentais.

Plenário vota regras para MPs na quarta

O Senado deve votar nesta quarta-feira, em segundo turno, o substitutivo à proposta de emenda à Constituição que veda a reedição de medidas provisórias e amplia de 30 para 90 dias sua vigência.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

16h30 - Recebe o embaixador da República Tcheca, Antonín Blazek

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

CONGRESSO NACIONAL

Terça-feira (13.05.97)

11h - Sessão Solene do Congresso Nacional em homenagem ao sesquicentenário do nascimento do poeta Castro Alves. *Plenário do Senado Federal*

Oradores: Pelo Senado Federal: senadores Ronaldo Cunha Lima e Abdias Nascimento.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

- O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a comemorar o 116º aniversário do escritor Lima Barreto.

Oradores inscritos: senador Abdias Nascimento e senadora Benedita da Silva.

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Discussão em turno único do ***PLC nº 204/93**, que acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 605/49, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado; e votação em turno único do ***PLC nº 44/95**, que dispõe sobre as colônias, federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal.

Quarta-feira (14.05.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Discussão em turno único do ***PLC nº 72/96**, que altera o art. 82 da Lei nº 7.210/84, que institui a Lei de Execução Penal; do ***PLC nº 1/97**, que altera os dispositivos da Lei nº 8.212/91, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui o Plano de Custeio; do ***Projeto de Resolução nº 52/97**, que autoriza o governo do estado do Piauí a contratar operação de crédito externo, com aval da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de US\$ 30 milhões, cujos recursos serão destinados à execução do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado do Piauí e eleva, para esse fim, temporariamente, os limites de endividamento do estado; e do ***Projeto de Resolução nº 53/97**, que autoriza o governo do estado do Rio Grande do Norte a contratar e conceder contragarantia a operação de crédito externo, com aval da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor equivalente a US\$ 24 milhões, cujos recursos serão destinados à execução do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado do Rio Grande do Norte.

COMISSÕES

Terça-feira (13.05.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (reunião extraordinária)

Pauta: Emendas de plenário oferecidas à ***PEC nº 4/97 (apresentação de relatório)**, que permite reeleição de presidente da República, governa-

dores e prefeitos. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PLS nº 212/95 (terminativo)**, que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos; ***PLS nº 46/96 - Complementar (não terminativo)**, que autoriza o Banco Central do Brasil a vender parte das reservas internacionais e os bancos brasileiros a realizarem empréstimos em moeda estrangeira; ***PLS nº 30/96 (terminativo)**, que dispõe sobre a aplicação das reservas cambiais; ***PLS nº 292/95 (terminativo)**, que dispõe sobre a aplicação das receitas provenientes das privatizações; e ***Ofício "S" nº 36/97 (não terminativo)**, que encaminha solicitação do governo do estado do Rio Grande do Sul, para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - LFTRS, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária, vencível no 1º semestre de 1997. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - CPI do Trabalho Infantil

Pauta: Depoimentos do diretor-superintendente da Empresa Brasileira de Estanho S.A. (Ebesa), Jairo Reis, e do presidente da Cooperativa dos Produtores e Garimpeiros de Ariquemes, Oscarino Lopes Filho. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*

11h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (reunião extraordinária)

Pauta: Exposição dos ex-ministros da Previdência e Assistência Social, atual presidente da Caixa Econômica Federal, Sérgio Cutolo; e atual governador do Rio Grande do Sul, Antonio Brito sobre a ***PEC nº 33/96**, que modifica o sistema de Previdência Social, e estabelece normas de transição. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

Quarta-feira (14.05.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PEC nº 47/95**, que institui a Justiça Agrária; ***PEC nº 12/91**, que cria o Conselho Nacional de Justiça; ***PEC nº 46/95**, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; ***PEC nº 35/96**, que regula a disciplina partidária; ***PEC nº 42/95**, que dispõe sobre a competência privativa da Câmara dos Deputados na iniciativa de leis que instituem ou aumentem impostos; e ***PEC nº 7/96**, que determina que terá início pelo Senado a discussão e votação dos projetos que interferiram nas relações federativas. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PLS nº 89/96 (não terminativo)**, que autoriza o governo federal a conceder apoio financeiro ao Distrito Federal e aos municípios que instituírem Programa de Garantia de Renda Mínima associado a ações sócio-educativas; ***PLS nº 236/95**, que cria a renda mínima na educação; ***PLS nº 84/96**, que cria o Programa de Bolsas de Estudos e altera a Lei nº 9.131, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional; ***PLS nº 201/96**, que cria a Bolsa-Cidadão; ***PLS nº 126/95 (terminativo)**, que dispõe sobre a obrigatoriedade de aprovação, pelo Congresso Nacional, das decisões do Conselho Curador do FGTS da Caixa Econômica Federal; ***PLS nº 242/95 (terminativo)**, que dispõe sobre a proibição de fumar em aeronaves comerciais brasileiras em todo o território nacional; e ***PLC nº 42/93 (não terminativo)**, que estabelece medidas preventivas de proteção ao trabalho dos tripulantes de aeronaves de serviços agrícolas. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*

Francelino deve apresentar amanhã relatório sobre emenda da reeleição

CCJ reúne-se às 10h para apreciar o parecer do relator, que contemplará propostas de Lucídio, Dutra, Simon e Patrocínio

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) deve receber amanhã, em reunião marcada para as 10h, o parecer do senador Francelino Pereira (PFL-MG) sobre as quatro emendas apresentadas em plenário à proposta de emenda constitucional que permite a reeleição do presidente da República, governadores e prefeitos. A votação da matéria pelo plenário, em primeiro turno, ocorrerá depois de a comissão apreciar as emendas.

Emenda apresentada pelo senador Lucídio Portella (PPB-PI) propõe que os governadores e prefeitos que desejem concorrer à reeleição se desincompatibilizem seis meses antes do pleito. Na justificação, ele argumenta que pode haver "abusos" no uso da máquina pública à disposição dos gover-



Francelino Pereira

nantes. A seu ver, "no caso de reeleição do presidente, há mecanismos de controle e fiscalização por parte dos órgãos institucionais, da mídia e da população".

Já a emenda de autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) determina que a desincompatibilização seja necessária também para o presidente da República. Ele justifica que um governador ou um prefeito, se quiser concorrer a outro cargo, é obrigado a renunciar seis meses antes da

eleição, e por isso o presidente também deve se desincompatibilizar, obedecendo à isonomia prevista na Constituição.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) ofereceu emenda propondo um referendo popular para a aprovação da proposta de reeleição, a ser realizado 90 dias depois da promulgação da emenda constitucional.

Emenda do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) propõe a alteração da data da posse de governadores e prefeitos para 3 de janeiro e a do presidente da República para 5 do mesmo mês. Ele justificou que a posse no dia 1º de janeiro, como é atualmente, torna-se inconveniente, pois, a seu ver, fere a tradição de comemoração do Ano Novo e dificulta o comparecimento de autoridades estrangeiras à solenidade.



Ronaldo Cunha Lima

Ronaldo propõe estudo antes de criar município

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) apresentou projeto de lei regulamentando a realização do estudo de viabilidade exigido por dispositivo constitucional para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. A proposição determina que um novo município só poderá ser criado se atender aos requisitos do estudo e a proposta for aprovada em plebiscito.

O projeto estabelece como elementos essenciais do estudo de viabilidade municipal os seguintes requisitos: população superior a 5 mil habitantes; comprovação de que o novo município irá dispor de recursos que lhe assegurem equilíbrio econômico-financeiro; e demonstração de que o procedimento não acarretará desequilíbrio econômico-financeiro do município do qual será subtraída a área desmembrada.

Ronaldo lembra que a Constituição de 1988 remeteu para lei complementar estadual toda matéria pertinente à criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. "Infelizmente, a experiência veio demonstrar que essa opção possibilitou vários abusos, como a proliferação indiscriminada de novos municípios sem a mínima condição econômico-financeira de custear sua própria manutenção", destacou.

O senador já havia apresentado na quinta-feira (dia 8) projeto de lei complementar estabelecendo novos critérios para a criação e o desmembramento de estados e territórios nos mesmos moldes que o relativo aos municípios.

Jefferson: presidencialismo torna governo refém de políticos fisiológicos

Ao lamentar sexta-feira o noticiário sobre fisiologismo político e o "apitaco" na Câmara, o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) qualificou de "erro clamoroso" a não-aprovação do parlamentarismo no país.

"É no presidencialismo que o presidente fica refém de parlamentares fisiológicos, ao contrário do que propagaram os presidencialistas na campanha do plebiscito - afirmou.

Jefferson Peres reportou-se às eleições realizadas na Inglaterra dia 1º de maio, para salientar as diferenças desse pleito com a realidade política brasileira. Ele disse que depois de 45 dias de uma cam-



Jefferson Peres

panha "baratíssima", com poucos outdoors e quase nenhum outro material de divulgação, o primeiro-ministro John Major foi substituído por Tony Blair em cerca de 24 horas.

CABRAL

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) também afirmou sua convicção parlamentarista, atribuindo ao

presidencialismo as mazelas que acabam por denegrir a imagem do Legislativo.

NABOR

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC), por sua vez, considerou que a Inglaterra tem poucos, grandes e fortes partidos, o que seria, a seu ver, condição para o parlamentarismo. "Aqui, é preciso antes fortalecer os partidos, instituindo cláusulas de barreira", disse. Os senadores Jefferson Peres e Bernardo Cabral discordaram, ambos afirmando que o presidencialismo nunca permitirá o fortalecimento do sistema partidário e que não caberia esperar por isso para implantar o parlamentarismo.

Senado cobra pelo uso de suas instalações

Entidades e órgãos que ocupam áreas na Casa terão de pagar despesas de água, energia elétrica, recuperação e manutenção, segundo decidiu a Comissão Diretora



Regina Assumpção

Regina destaca que mães forjam caráter dos filhos

Ao homenagear as mães pela comemoração da data a elas dedicada, Regina Assumpção (PTB-MG) afirmou que "não se pode buscar a moralidade na administração pública e imprimir cunho moral à atividade política sem fortes e bem definidos padrões morais de ordem pessoal". Dentro desse contexto, a senadora destacou a figura fundamental da mãe, como educadora e formadora da personalidade.

Para a senadora, a atividade política deve ser privada daqueles que apresentam requisitos básicos de caráter, que são traços forjados na família e, de forma mais intensa e duradoura, pela mãe.

Regina disse que a preocupação das mulheres com o futuro de seus filhos acabará por impulsioná-las cada vez mais para a atividade política. Advertiu, porém, que é preciso também contribuir para a educação dos filhos das ruas. Nesse sentido, mencionou duas de suas propostas: uma autorizando o trabalho em período integral por parte do menor infrator e outra transformando em hedionda a utilização de menores para o crime.

A senadora afirmou que pretende marcar sua atuação no Congresso Nacional com a apresentação de propostas que atendam às necessidades dos jovens e das mulheres.

As entidades e órgãos públicos ou privados que ocupam áreas do complexo arquitetônico do Senado terão de ressarcir a Casa pelas despesas de água, energia elétrica, recuperação e manutenção das instalações que lhes são cedidas. A medida é o que estabelece o Ato nº 22 da Comissão Diretora da Casa. Conforme esse ato, a taxa mais alta será paga pelas instalações especiais (restaurante, lanchonete e barbearia) no Edifício Prin-

cipal: R\$ 13,62 por metro quadrado, mensalmente. Já para as salas e escritórios, os valores variam entre R\$ 2,87 e R\$ 10,18 por metro quadrado, dependendo do local.

O mesmo ato da Comissão Diretora do Senado estabelece que os gêneros alimentícios, os utensílios e os serviços de copa serão custeados diretamente pelos cessionários. As concessões das áreas destinadas à exploração dos serviços de restaurante, lanchonete e barbea-

ria, com os mobiliários e os equipamentos atualmente instalados, serão licitadas na forma da lei.

A decisão da Comissão Diretora dispõe ainda que, salvo para os serviços citados, as áreas estarão disponíveis sem qualquer mobiliário, equipamento, acessório, objetos de decoração ou utensílios, podendo o cessionário requisitar a instalação de ramal interno (a R\$ 17,20 por mês) e aparelho de ar-condicionado (a R\$ 20,00 mensais).

Lúdio diz que MST aglutina oposições

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) afirmou sexta-feira que o governo precisa conscientizar-se de que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) tem conotação ideológica e aglutina as oposições, as quais não apoiaram a eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso nem seus compromissos pela modernização do país.

- Seria importante que o governo se conscientizasse de que quem o elegeu foi a grande maioria que acreditou na sua promessa de que faria as reformas dentro da lei e da ordem. E o Congresso precisa votar urgentemente essas reformas para que o Brasil assumira sua posição no mundo - disse ele.

Lúdio Coelho afirmou que é grande a apreensão no meio rural com a falta de definição de uma política agrícola, com a dificuldade de crédito financeiro e com a tolerância com que o governo lida com o MST. Lembrou que, poucos dias



Lúdio Coelho

depois de chamar o ministro da Reforma Agrária de "canalha", o líder do sem-terra José Rainha conseguiu empréstimo do governo para comprar uma usina de fécula no Pontal do Paranapanema.

O senador observou também que, ao saírem de audiência com o presidente da República, os líderes do MST declararam que continuariam invadindo propriedades. Conforme o senador, 10 propriedades foram invadidas nos últimos dias em Mato Grosso do Sul, gerando uma inquietação que vem somar-se às diversas preocupações dos que produzem no país. "Isso tudo traz uma apreensão enorme no campo e tumultua o setor agrícola, até

porque todos sabem que reforma agrária não se faz do dia para a noite", acentuou.

Depois de destacar que a agricultura brasileira gera inúmeros empregos, não só no campo, como também na indústria de caminhões, tratores, embalagens e outros bens utilizados na economia primária, Lúdio Coelho lamentou que recursos que poderiam estar ajudando os pequenos produtores estejam sendo utilizados pelo governo para "financiar pessoas desocupadas".

Em aparte, o senador José Alves (PFL-SE) afirmou que, realmente, o agricultor brasileiro está sendo vítima da falta de uma política agrícola e da prática, pelo sistema financeiro, de juros estratosféricos. Romero Jucá (PFL-RR) se disse preocupado com a legitimidade do MST e defendeu a reforma agrária dentro da legalidade, argumentando que "fora da lei não há solução".

Nabor identifica campanha contra ministro da Agricultura

"É uma agressão contra a classe parlamentar e ao próprio governo", diz senador, referindo-se a críticas "improcedentes" de jornal

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) considerou sexta-feira improcedentes as críticas que um jornal carioca está fazendo à atuação do ministro da Agricultura, Arlindo Porto. "Essa campanha é uma agressão à classe parlamentar e ao próprio governo", disse.

Segundo o senador, as matérias publicadas procuram condenar o ministro pelo fato de, "cumprindo seu dever de gestor financeiro e membro do Poder Executivo", estar liberando recursos provenientes de emendas parlamentares aos Orçamentos da União para os exercícios de 96 e 97. A seu ver, essa atitude mostra o preconceito com a atividade parlamentar e a intenção de atingir o Legislativo.

Nabor Júnior observou que os parlamentares devem lutar por recursos para a região que representam, nada havendo de reprovelável nisso. Lembrou,



Nabor Júnior

entretanto, que a população já tem como acompanhar o desempenho de cada um de seus representantes por meio da TV Senado, *Jornal do Senado* e Rádio Senado.

Nabor Júnior denunciou que as informações que estão sendo publicadas na imprensa partem de funcionários do Ministério da Agricultura, fato que ele considera deplorável. Por isso, o senador defendeu que cada ministro tenha a liberdade de escolher os seus auxiliares diretos.

- Essa campanha contra o ministro da Agricultura está partindo de auxiliares do próprio ministério. A imprensa tem divulgado que funcionários do 2º e do 3º escalão estão promovendo um processo de "fritura" contra Arlindo Porto, o que é inconcebível - acrescentou.

Em aparte, o senador Lúcio Coelho (PSDB-MS) disse que Arlindo Porto está tendo uma atuação excelente à frente do Ministério da Agricultura. No entanto, acha que a equipe do ministério não está "bem afinada com o ministro", uma vez que seus principais auxiliares não foram escolhidos por ele.

O senador Odacir Soares (PFL-RO) elogiou o desempenho de Arlindo Porto, acrescentando que o ministro determinou medidas para apuração dos fatos relativos à liberação de recursos para eletrificação rural.



Lúcio Alcântara

Alcântara elogia programa para a fruticultura

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou o Programa de Apoio à Fruticultura Irrigada do Nordeste, a cargo do Ministério da Agricultura. Na sua opinião, o programa "vai indicar caminhos para um Nordeste competitivo, com a conjugação de esforços da União, estados e municípios e a parceria do setor privado".

Segundo o senador, está prevista a irrigação de 100 mil a 150 mil hectares por ano, para o que serão necessários 900 milhões de dólares. Ele afirmou que, se os R\$ 2,6 bilhões que serão investidos no Nordeste pelo governo fossem destinados à fruticultura irrigada, seriam gerados mais de 500 mil empregos.

De acordo com Alcântara, o programa prevê a criação de um comitê gestor com a responsabilidade de coordenar as ações do governo, como pesquisa e assistência técnica. Também faz parte do projeto a criação de agências regionais de desenvolvimento, para fomento de pesquisa e transferência de tecnologia que permita aos produtores e exportadores financiar as necessidades de capital de giro.

O senador afirmou que o objetivo é colocar o Brasil entre os líderes mundiais do mercado exportador de frutas. Segundo ele, "já está comprovado que o Nordeste tem condições para conquistar uma agricultura única, a qual transformará, em profundidade e extensão, a região".

Campos alerta para incidência de doenças em avestruzes importados

A execução de um controle zootécnico sobre avestruzes importados dos Estados Unidos foi o que pediu o senador Júlio Campos (PFL-MT), ao dirigir apelo às autoridades competentes. Segundo ele, algumas enfermidades de que é passível o avestruz ainda não foram identificadas no Brasil e, por ser considerada uma ave exótica, conforme acentuou, está sendo importada com autorização do Ibama, mas sem ins-

peção do Ministério da Agricultura.

Júlio Campos ressaltou que a importação dessas aves pode trazer graves consequências e prejuízos para a produção de frango no país, ao afirmar que "nós brasileiros não podemos nos entregar ingenuamente a essa novidade, sem critérios sérios de controle".

- As matrizes importadas trazem consigo a suspeita de serem portadoras da influenza aviária, doença já erradicada no Brasil há vários anos. O avestruz não é sus-



Júlio Campos

ceptível à doença, mas é hospedeiro, podendo tornar-se foco de disseminação no plantel avícola brasileiro - disse o senador.

Valmir denuncia abusos da indústria farmacêutica

Segundo senador, remédios custariam menos se fosse cumprido decreto que prevê a identificação do princípio ativo dos medicamentos

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) considerou, na sexta-feira, "inadmissíveis e intoleráveis os abusos praticados pela indústria farmacêutica". Ele comentou reportagem publicada pelo jornal *Correio Braziliense*, segundo a qual o preço de alguns medicamentos sofreu um aumento de até 44% de janeiro a maio deste ano, quando o índice de inflação foi de 1,95% no mesmo período.

Para o senador, os preços dos remédios seriam reduzidos, caso fosse cumprido o decreto legislativo que determina aos laboratórios a identificação do princípio ativo dos medicamentos nas embalagens.

Segundo Valmir Campelo, "se essa medida fosse respeitada, as pessoas poderiam saber que diversos remédios têm as mesmas substâncias e, as-



Valmir Campelo

sim, elas não ficariam presas a um mesmo laboratório e sujeitas a pagar determinado preço". Ele citou como exemplo os medicamentos AAS, Aspirina e Melhoral, que, apesar dos mesmos componentes, apresentam preços bastante diferentes.

Valmir Campelo afirmou que os laboratórios recusam-se

a cumprir o decreto sob o argumento de que ele estaria *sub judice*. Ele disse que outro artifício utilizado pelos laboratórios é o de subir os preços dos remédios em centavos para que o aumento não seja notado. Segundo o senador, esses aumentos incidem principalmente sobre os remédios hospitalares, ou seja, aqueles indispensáveis para a sobrevivência de portadores de doenças graves, como a epilepsia e cardiopatias.

Para o senador, "isso é má-fé de um segmento da indústria que precisa considerar os aspectos éticos de sua atuação, e não visar exclusivamente ao lucro, como ocorre com a maioria dos laboratórios instalados no país, muitos deles ligados a corporações internacionais. Precisamos encontrar meios para coibir esses abusos".



José Alves

Para Alves, venda da Vale torna o Brasil mais pobre

O senador José Alves (PFL-SE) disse sexta-feira que não há argumentos ou fatos que o convençam do acerto da venda da Companhia Vale do Rio Doce, que, no seu entender, tornará mais pobre o Brasil, o Nordeste e a população.

- O que poderá ser o melhor negócio do século para os compradores da empresa tem possibilidade de se tornar o pior negócio do século para o Brasil e o maior erro de sua história econômica - acrescentou.

José Alves observou que a venda da Vale foi feita contra a vontade do povo e com o atropelamento do Legislativo e do Judiciário. E afirmou que a rejeição à alienação da empresa não é o clamor "de um nacionalismo arcaico", como querem alguns, e sim uma reação espontânea e suprapartidária de representantes de vários segmentos da sociedade, entre os quais os juristas.

Para o senador, os gestores do Programa Nacional de Desestatização (PND) não assessoraram devidamente o governo no processo de privatização da Vale, porque não foram ouvidos os argumentos levantados no Congresso, e a medida provisória que criou o PND não foi debatida pelos parlamentares, o que teria dado ao governo "um respaldo mais democrático".

Jucá: novo sistema resolve de vez problema da energia em Roraima

O senador Romero Jucá (PFL-RR) disse que, com a instalação do sistema de transmissão de energia da usina venezuelana de Guri, para Roraima, esse estado terá seus problemas de eletricidade definitivamente resolvidos. O senador, falando em nome da liderança de seu partido, elogiou as ações adotadas pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Eletronorte, que já abriu licitação com vistas à implantação do sistema.

Conforme Jucá, a abertura do processo de licitação foi adotada em tempo recorde, em cumprimento a ato recentemente assinado pelos governos brasileiro e venezuelano, visando interligar o sistema elétrico entre os dois

países.

- Quero enaltecer a ação do ministro Raimundo Brito e também o trabalho do presidente da Eletronorte, José Antônio Muniz Ramos, e do seu diretor de Engenharia, Caio Barbosa Barra. Afinal, com as providências para a publicação dos editais, o presidente Fernando Henrique Cardoso está cumprindo compromisso de campanha assumido com o PFL e o PSDB - destacou.

Romero Jucá informou que a interligação, com origem na localidade fronteiriça de Santa Elena de Uaiarém, será realizada através de uma linha de transmissão em 230 kw, com 230 quilômetros de extensão até Boa Vista. Diversas localidades do interior de Roraima também serão beneficiadas.



Romero Jucá
SAÚDE

O senador reiterou apelo ao ministro da Saúde em defesa da manutenção da Fundação Nacional de Saúde, que, conforme disse, é indispensável no combate à malária e a outras doenças, como febre amarela e dengue, muito comuns entre a população de Roraima e da Amazônia Ocidental.

Emília aponta causas de protestos no Sul

Manifestações na cidade gaúcha de Livramento, segundo senadora, tiveram como causa, entre outras, o empobrecimento dos municípios do estado na fronteira com o Uruguai

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) atribuiu ao empobrecimento dos municípios gaúchos situados na fronteira com o Uruguai a causa das manifestações de repúdio externadas pela população da cidade de Livramento ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao governador Antonio Brito.

Os outros motivos das manifestações, de acordo com a senadora, seriam "o empréstimo feito pelo governador à General Motors para implantação de uma fábrica no estado, os baixos salários dos professores, o desemprego e a venda da Vale".

Embora não aprove manifestações agressivas, entendendo que as manifestações nas ruas devem ser respeitadas. Não podemos subestimar o povo brasileiro e esquecer que essas pessoas saem às ruas porque estão no seu limite máximo de resistência, de desencanto e de busca de alternativas - alertou.

Emília Fernandes apresen-



Emília Fernandes

tou dados fornecidos por prefeitos e vereadores de Livramento e Guaraf, dando conta da falência comercial e industrial dos municípios fronteiriços, principalmente na área vinícola e de exportação de carne.

Segundo afirmou, a integração do Mercosul ainda não atingiu a região, e o governo deve tomar providências que evitem distorções como a existente entre a cidade uruguaia de Rivera, que enriquece com o seu comércio de preços baixos e sua infra-estrutura aeroportuária e de saúde, e Livramento, que lhe faz fronteira, que continua empobrecendo.

Em nome de representações políticas regionais, Emília Fernandes sugeriu a criação de zonas de livre comércio na fronteira do Brasil com o Uruguai para gerar riquezas e empregos. Ela entendeu como desconsideração pessoal e à região que representa não ter recebido sequer um comunicado do presidente da República ou do governador do estado sobre a visita que fariam a Livramento, cidade onde exerceu por três vezes o mandato de vereadora.

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC), em aparte, apoiou a sugestão sobre criação de zonas de livre comércio, embora lamentando a morosidade do governo em implantar a que foi destinada a Brasiléia, no Acre. Já o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, refutou "possíveis insinuações do presidente da República e saudoso sociólogo" de que o PT seria o responsável pelas manifestações ocorridas em Livramento.



Benedita da Silva

BeneDita, a autobiografia da senadora

BeneDita, livro autobiográfico da senadora Benedita da Silva (PT-RJ), será lançado em Brasília amanhã, 13 de maio, a partir das 17h30, no Salão Negro do Congresso Nacional. A obra está sendo lançada nos Estados Unidos e na Inglaterra e tem uma apresentação do reverendo Jesse Jackson, que é o prefiador da edição norte-americana.

A autobiografia, lançada inicialmente no Rio de Janeiro, dia 28 de abril, pela editora Mauad, foi escrita com o apoio da jornalista americana Medea Benjamin e da documentarista brasileira Maísa Mendonça, que realizaram uma série de entrevistas com Benedita durante mais de dois anos.

O livro é dedicado à memória de Leila Gonzalez, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro, e mescla o discurso político da senadora com exemplos de sua vida pessoal. O título *BeneDita* é uma combinação de Bené, nome pelo qual é conhecida nos meios políticos, e Dita, nome pelo qual a sua família sempre a chamou.

Tuma destaca inauguração de fábrica de caminhões da GM em São Paulo

A inauguração da fábrica de caminhões GMC, da General Motors do Brasil, no município paulista de São José dos Campos foi destacada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). Segundo ele, a marca GMC "coloca o país no mesmo nível tecnológico de fabricantes internacionais e tradicionais de caminhões como os Estados Unidos e o Japão".

Ressalte-se que a implantação dessa moderna unidade industrial exigiu investimentos da ordem dos 70 milhões em obras civis, equipamentos de última ge-

ração e produtos. Construída numa área de 8.300m², a nova fábrica possui capacidade instalada para 20 mil unidades/ano, assegurando, de imediato, 650 novos empregos - disse o senador.

Romeu Tuma declarou que a fábrica reforça o conceito de credibilidade que vem sendo conquistado pelo Brasil junto a investidores estrangeiros, além de firmar a globalização dos mercados como uma realidade.

O senador citou declaração do ex-presidente da GM do



Romeu Tuma

Brasil e atual presidente de Operações da Divisão de Carros Pequenos no Estados Unidos, Mark Hogan, segundo o qual o potencial do mercado brasileiro de caminhões é um dos mais importantes do mundo. Tuma elogiou o novo presidente da GM do Brasil, Frederick A. Henderson, como um "homem de finanças que possui uma filosofia de administração objetiva e intimamente comprometida com resultados".

Dutra critica postura de Jobim no STF

Líder do Bloco Oposição afirma que o ministro tem no Supremo comportamento de porta-voz do governo e usa manobra regimental para adiar votação conforme interesse palaciano

O líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), disse na sexta-feira que o ministro Nelson Jobim, do Supremo Tribunal Federal, "não pode se comportar naquela Corte como se fosse líder do governo, e não pode participar das sessões plenárias com a camisa de ex-ministro da Justiça do governo Fernando Henrique por baixo da toga".

Dutra protestava contra o fato de o ministro ter pedido vista da ação direta de inconstitucionalidade proposta por partidos da oposição para contestar a legalidade de alguns artigos da lei que criou o Programa Nacional de Desestatização e do decreto que incluiu a Companhia Vale do Rio Doce entre as estatais privatizáveis.

Conforme o senador, o ministro Nelson Jobim, no momento em que teve conhecimento do relatório apresentado pelo ministro José Nery da

Silveira, considerando inconstitucionais o artigo 13 da Lei nº 8.031/90 e o artigo 39 do Decreto nº 1.204/94, pediu vista do processo, em uma manobra regimental para protelar a votação. "O mínimo que se exigiria de S. Ex.ª é que ele se declarasse impedido de julgar a matéria", disse.

- A grande verdade é que a Constituição estabelece, com emenda aprovada em 1995, que só podem atuar em mineração empresas instaladas no Brasil e regidas pelas leis brasileiras, e que a regulamentação dessa mudança não poderia ser feita por medida provisória. E o governo, por meio de medida provisória, permitiu que empresas estrangeiras não estabele-

lecidas no Brasil participassem do leilão da Vale. Foi justamente esse artigo que o ministro Nery da Silveira considerou inconstitucional - explicou Dutra.

O senador entende que o processo de privatização da Vale "está cada vez mais obscuro", e que o fato de as ações da empresa terem despencado na Bolsa de Valores mostra que o mercado está profundamente inseguro em relação à companhia, "porque é consenso no mercado que o consórcio vencedor vai faturar a empresa e ela perderá toda a sua eficiência, que está relacionada à integração entre os seus diversos setores".

FUNDO FISCAL

No mesmo pronunciamento,

o senador José Eduardo Dutra disse que o Senado deve estar preparado para rejeitar a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), caso a matéria seja aprovada na Câmara. Na sua opinião, essa prorrogação representaria "um profundo golpe contra o pacto federativo estabelecido na Constituição de 1988".

Ele colocou à disposição dos senadores estudo, feito pela assessoria do PT, mostrando as perdas que os estados têm sofrido com o Fundo de Estabilização Fiscal. Conforme garantiu, essas perdas são maiores exatamente nos estados mais pobres da Federação. "O exemplo mais gritante é o da Bahia, que perdeu mais de R\$ 100 milhões no ano de 1996". Dutra divulgou, ainda, manifesto da Frente Nacional de Prefeitos, em protesto contra a prorrogação do fundo.



José Eduardo Dutra

Ignácio quer mudanças urgentes no Código de Processo Penal

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) defendeu a necessidade de reformas urgentes no Código de Processo Penal, para que crimes como o ocorrido em Brasília contra um índio pataxó, queimado

vivo por jovens, não caiam no esquecimento devido à demora no julgamento.

Para o senador, a lentidão da Justiça pode transformar réus em coitados e acabar em sentenças suaves e reduzidas pela metade por bom compor-

tamento, fato que, a seu ver, levaria criminosos de volta às ruas, prontos para tornar a delinquir.

- Não deixemos a memória esfriar. É preciso mantê-la



José Ignácio

viva e agirmos, senão os episódios se repetirão. E cada vez mais em maior escala - concluiu José Ignácio Ferreira.

A SESSÃO DE SEXTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, LÚDIO COELHO, JOSÉ ALVES, NABOR JÚNIOR E JOSÉ BIANCO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho -
 Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
 - **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e **Fax:** 311-3137 - **Brasília - DF**

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Heival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djálba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.